



SOSCORPO  
Instituto Feminista  
para a Democracia

# LEITURA CRÍTICA

## Perspectivas feministas antirracistas

sobre o direito à água  
na reprodução da vida





# Sumário

---

Se a água é um bem comum, por que temos que pagar por ela? **4**

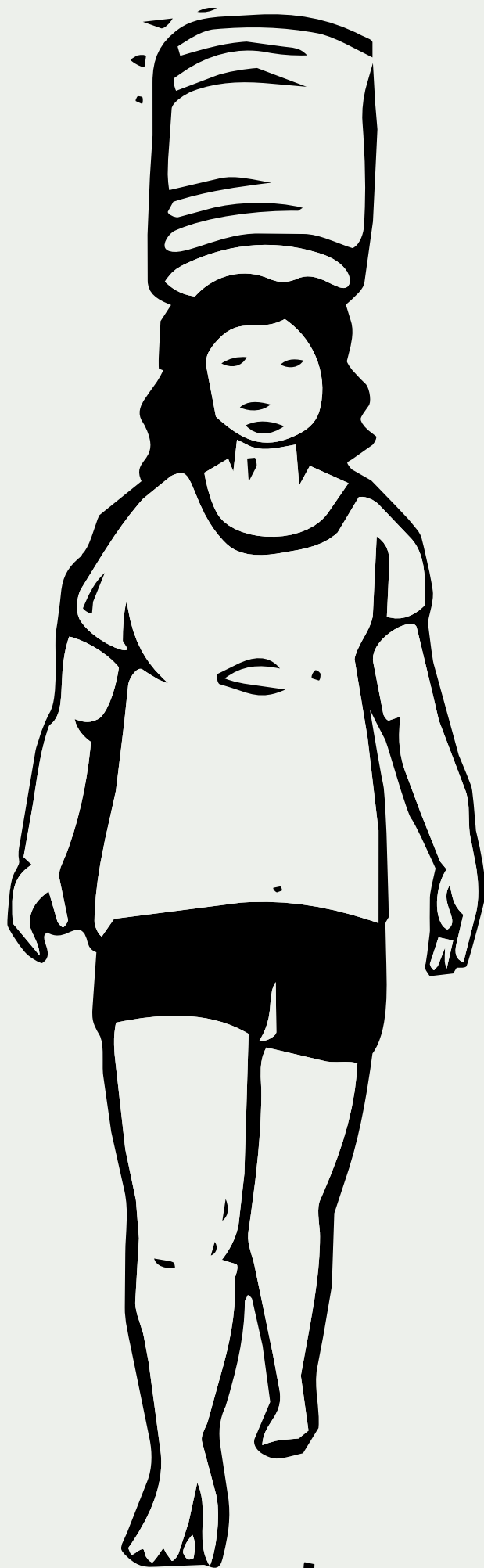
O problema (ou a problemática) da água na vida cotidiana das mulheres pobres e negras **7**

Financeirização da vida, dos recursos naturais e da cidade **13**

Quais os desafios para a luta das mulheres para garantir o acesso ao direito à água a partir do feminismo? **22**

**Se a água  
é um bem  
comum, por  
que temos  
que pagar  
por ela?**

---





“Água de beber... bica no quintal... sede de viver tudo...” Este trecho da música de Milton Nascimento nos faz refletir como a água deveria ser um bem comum, ao qual todas as pessoas do planeta tivessem acesso, sem morrer de sede ou adoecer em decorrência da sua contaminação, como tem ocorrido com os yanomamis devido à presença do mercúrio provocada pelo garimpo ilegal naquela região. A água não pode ser vista apenas como um recurso natural. A água é fundamental para o planeta, pois molda vidas e territórios ao longo do tempo. No entanto, a sua escassez tem se tornado o problema central da humanidade.

A escassez da água afeta de forma desigual as vidas das pessoas. As mulheres pobres, negras e indígenas, ribeirinhas, quilombolas e trabalhadoras rurais têm sido as mais afetadas por esse problema. As populações que vivem nas periferias, nos morros das capitais, sofrem tanto com a escassez quanto com a abundância das chuvas. Suas casas

são invadidas pelas águas em ocasiões de chuvas torrenciais e/ou sofrem com os deslizamentos de terra dos morros. Esses acontecimentos ditos “naturais”, para nós não o são, têm nome. É o racismo ambiental<sup>1</sup> que tem agravado a cada dia as condições de vida dessas populações.

A água é um bem comum. Não deveria ser uma mercadoria, porém tem sido apropriada a cada dia pelo capitalismo, o que vem afetando o acesso a esse direito humano. A mercantilização da água é parte de um modelo capitalista predatório que impacta profundamente o meio ambiente. São as populações que vivem à margem que sofrem cotidianamente com a escassez e a má distribuição da água, enquanto as populações que residem em bairros privilegiados não vivenciam esse problema, pelo contrário, não têm que se preocupar com o dia em que a água vai chegar para o seu consumo.

---

1 “[...] o racismo ambiental é uma prática política, intencional ou não, que desfavorece indivíduos ou um grupo baseado em sua raça ou cor, havendo perda material, simbólica ou humana.” Fonte: BELMONT, Mariana. Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil [livro eletrônico]. Mariana Belmont (org.). São Paulo: Oralituras: Instituto de Referência Negra Peregum, 2023. p. 64.

A falta de acesso à água e a má qualidade com que ela chega para a população, além do não reconhecimento do seu acesso como um direito humano, trazem uma sobrecarga na vida concreta das mulheres. Somos nós que assumimos a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e de cuidado com a família. Também recai sobre nós o cuidado com nossas comunidades, aumentando o peso dessas responsabilidades sobre nossos ombros. Portanto, precisamos afirmar a todo instante que a água é um bem comum e é necessário garantir acesso igualitário para todas as pessoas. Essa é uma luta essencial. Se dizemos que água é vida, esta é uma luta pela vida!

Em Recife, não diferente de outros lugares, o acesso à água é extremamente desigual. Tem bairros como Passarinho, Coelhos, Córrego do Euclides e Morro da Conceição, isso só para citar alguns, aonde a água chega uma vez por mês e as mulheres ficam com seus baldes, panelas e bacias, acordadas, fazendo plantão e, às vezes, fazendo rodízios entre elas (mulheres da família), esperando a chegada da água para abastecer suas casas.

Seja na capital, seja no interior do estado de Pernambuco, as cidades enfrentam a escassez de formas distintas e desafiadoras. Enquanto a região metropolitana de Recife sofre com o racionamento, em várias cidades do

interior a falta d'água se deve à seca que afeta rios e barragens. Esse agravamento se dá pela crise climática, mas também por um modelo de gestão dos recursos hídricos injusto e mercantil, que se aprofunda a cada dia.

A questão da água em Pernambuco demonstra que as desigualdades regionais são bastante significativas. A má gestão pública desse recurso implica uma distribuição desigual, impactando o acesso à água pelas populações mais pobres. Isso tem a ver com as relações de poder e a apropriação dos grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso do Suape, que, além de prejudicar a pesca artesanal e impactar o meio ambiente, afeta o modo de vida das populações. O que se tem em comum é a falta de política pública e interesse do governo em destinar recursos e ações para democratizar o acesso à água para todas as pessoas.

A questão central que apresentamos nesta análise parte de uma realidade marcada pela escassez, má distribuição, mercantilização da água, além dos impactos ambientais agravados pelos efeitos cada vez mais extremos das mudanças climáticas. A partir de uma perspectiva feminista, buscamos interpretar como esses elementos afetam a vida das populações e grupos sociais em seus territórios, em especial, as mulheres pobres e negras.



# O problema (ou a problemática) da água na vida cotidiana das mulheres pobres e negras

A água tem centralidade na vida cotidiana para contribuir com o nosso bem-estar, tanto na dimensão reprodutiva quanto na dimensão produtiva. Mas é também em sua gestão e organização na vida social que se reproduz a dinâmica das relações sociais pautadas na divisão social do trabalho a partir da lógica do binarismo de gênero, ou seja, na forma como se estrutura também o sistema de fornecimento de água. E, para nós mulheres, há um confinamento à esfera doméstica pela estrutura do sistema patriarcal, já que nos são impostas como obrigação as tarefas do trabalho de cuidado. Para termos a ideia dessa sobrecarga, imaginemos a figura de um caracol com a casa nas costas. Essa imagem indica como a responsabilidade com a manutenção do doméstico é como carregar a casa em torno de nós mesmas, uma sobrecarga entre o trabalho produtivo e reprodutivo e de cuidado, como reflete de maneira imagética a feminista negra nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí<sup>2</sup>.



2 OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024

A ideia das mulheres restritas e confinadas à esfera do privado, da casa, com as obrigações de cuidado e com a vida doméstica, numa relação direta com a água para a realização de tarefas que não cessam – entre plantar, cuidar, lavar, manter limpo etc. – é parte da dinâmica da vida reprodutiva e também da concentração dessas tarefas nas mulheres em diferentes idades. É sobre nós que recaem o cuidado e as obrigações com a dinâmica da casa. Trazer para o centro das nossas reflexões esse recurso natural em suas múltiplas dimensões é focar a problemática da água para nos ajudar a pensar e tornar visível como a sua operacionalização no dia a dia toma o tempo de vida das mulheres.

A sociedade patriarcal e a organização da vida social têm nos homens o centro dessa dinâmica. Por isso, naturalizam-se as obrigações e responsabilidades atribuídas às mulheres em relação à rotina da vida cotidiana, dentro e fora de casa, voltada para a manutenção do espaço doméstico e o cuidado. A função é mulher-mãe-maternagem, e com isso se torna “natural” assumir os afazeres da casa e de seu entorno – o bairro, onde tudo se estrutura para dar circularidade a essa dinâmica –, sendo a água um elemento central para a reprodução da vida. Manter a casa limpa, dar banho nas crianças, cuidar de pessoas com mobilidade reduzida, providenciar alimentos, lavar roupas e pratos etc.: tudo isso ocorre, muitas vezes, em condições precárias de moradia e de escassez hídrica, um mal histórico em várias cidades que sobrecarrega ainda mais as condições de vida das mulheres em territórios vulnerabilizados pelas desigualdades.

Pensar a água enquanto recurso natural e finito implica compreendê-la como direito

humano fundamental, um bem comum num contexto de precariedade da rede de abastecimento, de comercialização e de escassez que atravessa gerações em diferentes contextos, seja no meio urbano, seja na zona rural. A exploração desse recurso afeta também comunidades de povos originários e populações tradicionais, que convivem com lagos, rios e mares de seus territórios sendo afetados pelo dano ambiental dos megaempreendimentos, pela contaminação por dejetos e minérios, derramamentos de óleos, alterando os modos de vida na Terra.

O acesso à água na região Nordeste é uma questão marcada por particularidades. Em uma região atravessada por biomas como a mata atlântica e a caatinga, onde o ciclo da seca e a aridez da terra são características históricas, a situação se complexifica com o processo de gentrificação (verticalização) das cidades. Esse contexto contribuiu para ampliar a estratégia de perfuração de poços artesianos para dar conta da demanda urbana e intensificou o racionamento, reflexos de uma crise hídrica crônica. Esse processo também afeta outras regiões do Brasil, inclusive as cortadas e banhadas por rios.

O problema da crise climática é que há diminuição e assoreamento dos rios e lagos, a exemplo da situação de cidades banhadas pelo rio Amazonas, na região Norte, que integra a maior bacia de água doce do mundo, mas que passou por uma crise com a seca, alterando o ciclo pesqueiro e a subsistência da população ribeirinha e indígena. É, portanto, um problema nacional em tempos de crise climática, que se alia a outros fenômenos relacionados à água vivenciados no país, como seca extrema, enchentes, chuvas



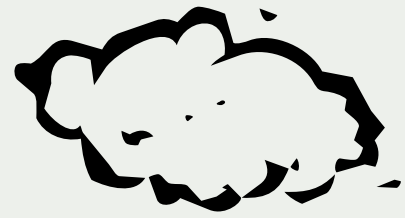
intensas, escassez, racionamento, má qualidade da água, desigual distribuição na mesma cidade-bairro, irregularidades do fornecimento e aumento do custo da tarifa, tudo isso onerando o orçamento familiar.

Este cenário que vem se repetindo ano a ano é um problema nacional e afeta o cotidiano de nós mulheres e a vida nos territórios urbanos e rurais, num contexto de cidades que ainda vivem em situação de déficit no acesso ao saneamento ambiental e à moradia digna, afetando as condições de vida da população pobre, negra, das mulheres chefes de família, que são a maioria residindo em áreas pobres das cidades.

Essa população representa o grupo social predominante nas favelas, áreas pobres e comunidades urbanas. Ao todo, são **16 milhões de pessoas residentes em 12.348 comunidades** denominadas favelas ou periferias urbanas no Brasil. Desse total, 73% da população é composta por pessoas pretas e pardas, e **51,7% são mulheres**, segundo dados do IBGE (2022).



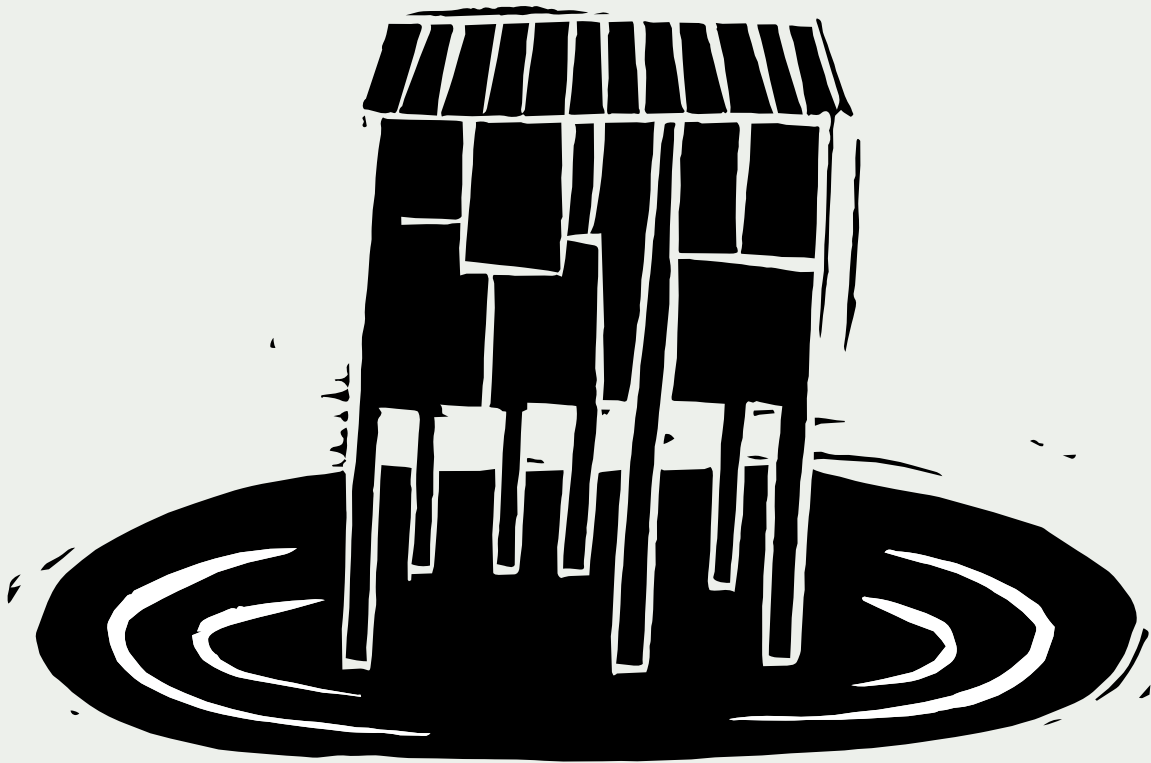
As áreas pobres das cidades têm características semelhantes quanto a precariedade dos serviços sociais urbanos, infraestrutura e insegurança da posse da terra. Em Recife, comunidades como Coque, Coelhos, Vila Santa Luzia, Passarinho, Monte Verde, dentre outras, revelam que o acesso à água é uma peleja diária.



De acordo com dados do censo do IBGE, **Recife tem uma população de 1.661.017 habitantes** (IBGE, 2021).

Um levantamento feito pelo Instituto Água e Saneamento, em 2023, mostrou que:

- **59.290** habitantes de Recife não têm acesso à água;
- 913.796 pessoas, cerca de **55% da população**, não têm serviços de coleta de esgoto;
- **13% dos domicílios** da capital pernambucana estão sujeitos à inundação, o que representa 51.864 residências.



Essas comunidades e tantas outras que compõem a geografia da cidade marcada pela precariedade urbana, cerca de 295 áreas pobres em Recife, caracterizadas como comunidades ou favelas, onde moram cerca de 160 mil pessoas em condições de extrema pobreza. Um percentual que nos causa preocupações por revelar precárias condições de moradia e habitabilidade, com vivências desiguais no acesso a água e saneamento.

Em Recife, **84,3% da população (1.247.232 habitantes)** recebe água potável por meio da Rede Geral de Distribuição (COMPESA), geralmente vinculada a serviços públicos de abastecimento. 12.534 habitantes não possuem água encanada em seus domicílios e precisam se abastecer com uso de baldes ou outros recursos.

Recife é marcada por uma história de resistência e pela geografia de morros e alagados, e por beleza arquitetônica de pontes e rios, mas é também palco de inúmeras assimetrias. A capital de Pernambuco figura na segunda posição em condições de desigualdades e é a segunda capital do país com a maior quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza, ou seja, 11,2% de sua população. O município fica atrás apenas de Rio Branco, no Acre, com 11,3%, e Salvador, na Bahia, com 11,15%<sup>3</sup>.

Essa condição se complexifica com o histórico de uma cidade que vive em racionamento hídrico desde 1983, com alternâncias no sistema de abastecimento, o que aprofundou a insegurança hídrica vivida pela população. Essa é uma questão que afeta o estado pelos problemas nas barragens e pelo período de escassez das chuvas. Na capital, cerca de 500 mil pessoas são moradoras de morros, o que representa um terço da população total. São áreas que sofrem com problemas de abastecimento, sob a justificativa dessa geografia dificultar a chegada da água às torneiras. Em contraposição, verifica-se que nos últimos anos houve um aumento da perfuração de poços artesianos, devido à verticalização da cidade, por iniciativas pública e privada. Esse processo tem gerado impactos ambientais, atingindo lençóis freáticos e elevando o risco de salinização da água, embora a perfuração de poços artesianos seja uma alternativa à crise de abastecimento.

São as áreas marcadas pela história, como relata Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960)*, sobre as quais recaem as dificuldades do acesso à água. Se nos anos de 1950, na favela do Canindé, em São Paulo, como a autora já relata a peleja do acesso à água pela população pobre e negra, esta realidade continua sendo um limite ontem e hoje. Vivemos e presenciamos na fala das mulheres as dificuldades e o impacto dessa situação nas suas condições de vida, porque há uma sobrecarga no corpo, físico e mental, pelo peso do trabalho produtivo, reprodutivo e de cuidado, uma vez que as mulheres dedicam mais de 21 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidado, e os homens, apenas 11,7 horas.

<sup>3</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife é a segunda capital com mais desigualdade social, diz pesquisa; confira ranking. Diário de Pernambuco, Recife, mar. 2024. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/recife-e-a-segunda-capital-com-mais-desigualdade-social.html>>. Acesso em: 25 out. 2025.

A mercantilização da cidade está expressa em diferentes formas: na aquisição da moradia, na concessão de parques à iniciativa privada e na privatização das empresas públicas de água e saneamento sob a defesa, pelo próprio Estado, de melhorar a oferta de distribuição e qualidade da água. Mas o que ocorre é que as experiências de privatização não melhoraram os serviços, ao contrário, os tornaram mais caros, impactando no bolso da população pobre e moradora das periferias urbanas.

Essa dinâmica de estruturação do ordenamento urbano é disposta e organizada pelo binarismo de gênero e pela lógica patriarcal, a dicotomia entre o mundo da casa e o mundo da rua, que confina as mulheres ao doméstico, invisibilizando e desvalorizando o trabalho reprodutivo. E a infraestrutura urbana, assim como a distribuição de água, assume também essa lógica. Racionamento durante o dia e distribuição da água à noite, como se as mulheres estivessem sempre à disposição para realizar “seus afazeres domésticos” quando a água chegar. De acordo com o estudo do *Habitat para Humanidade Brasil*<sup>4</sup> (2024), esse “método” denomina-se patriarcado hídrico, sistema dirigido e autorizado no sentido de funcionamento

que tem por referência o Homem, enquanto grupo social dominante na estruturação da vida urbana, seus serviços e políticas.

Essa disposição dos serviços urbanos não é neutra. Faz parte da engrenagem do sistema de dominação patriarcal, capitalista e racista, uma vez que as áreas mais afetadas pela escassez hídrica são áreas pobres, onde mora uma população majoritariamente negra, revelando o racismo ambiental nessa cidade de concreto e geo-graficamente<sup>5</sup> desenhada e produtora de desigualdades sociais marcadas por classe, raça e gênero.

Essa lógica produz um urbano hierarquizado e desigual em função desses elementos interseccionais já citados. Assim, a gestão da vida cotidiana para atender às nossas necessidades básicas – como comer, banhar-se, dormir, ter lazer, trabalhar – é vista pelo capital como uma tarefa da esfera individual. Por isso, as atividades realizadas pelas mulheres no espaço doméstico são profundamente desvalorizadas, mesmo sendo fundamentais para garantir a inserção dos adultos no mundo do trabalho. Como é uma “responsabilidade da esfera do privado”, o Estado se desresponsabiliza da oferta desses serviços coletivos, como o abastecimento de água, desconsiderando sua intermitência e o impacto dessa realidade na vida das mulheres.

---

4 HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. Direito à água e saneamento. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/projetos/advocacy/direito-agua-saneamento/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

5 Geo-grafar tem o sentido de que os territórios são grafados socialmente a partir da lógica racista de organização social das cidades. Daí a lógica de que a favela é para pobre e beira-mar é para ricos. A geo-grafia urbana é parte do pacto da branquitude.



# Financeirização da vida, dos recursos naturais e da cidade

Quando defendemos que **água é direito e não mercadoria**, estamos colocando em questão o método privatista e trazendo outro elemento para o debate e a reflexão: a dimensão do bem comum, coletivo e compartilhado socialmente. A ideia do bem comum não é nova; é uma pauta dos movimentos sociais da esquerda e da linha ecosocialista desde os anos 1960: um bem comum de usufruto coletivo – e não um valor de troca –, na perspectiva de romper com a lógica mercantil da cidade.

Essa visão produz deslocamentos para pensar a cidade e os serviços sociais urbanos (água, saneamento, transporte, creche, escolas, parques, lavanderias coletivas etc.) a partir de visão de apropriação compartilhada do território. É um projeto de sociedade para despatriarcalizar, desprivatizar e desfamiliarizar a reprodução da vida, politizando a reprodução da vida social.

A financeirização dos recursos naturais (água, terra, ar, fauna, flora) marcou o processo da realização da 30ª Conferência Mundial sobre o Clima (COP 30), em Belém, em 2025. O modo de transformação desses bens em valor de mercado tem sido a tônica do capitalismo, que funciona



convertendo o valor de uso em valor de troca, mercantilizando os recursos naturais e a vida. É uma estrutura que opera no âmbito do sistema financeiro e envolve diferentes sujeitos nesta engrenagem do local ao global. Nos territórios, esse esquema desapossa, retira, sequestra o que é direito, transformando-os em mercadoria, recolocando a ideia de cidadãos e cidadãs de direitos em clientes-consumidores.

Terra, água e energia são parte dessa lógica envolvendo empresas nacionais, multinacionais, organizações da sociedade civil, escritórios de advocacia, aparelhos do Estado. Tais grupos atuam na mediação dessa mercantilização da natureza, transformando-a em ativos no mercado financeiro, onde é disputada a compra desses ativos para explorar, sob o argumento da proteção e mitigação dos efeitos climáticos.

A lógica que impera no sistema mundial de financeirização da natureza e da reprodução da vida é complexa e, nos países do Sul Global, torna invisíveis ou imperceptíveis os atores envolvidos na compra e venda de concessões. Tal dinâmica é também conhecida como dimensão da economia verde, que se utiliza de um discurso da bioeconomia para favorecer a acumulação do capital, passando a ideia de proteção ambiental. Contudo, acontece o contrário, pois esse processo opera na lógica do mercado das compensações – mercado de carbono ou do ecossistema –, com medidas que mascaram o impacto ambiental em territórios sob a prerrogativa de mitigar os efeitos do desmatamento. Como exemplo, temos o setor do agronegócio, apontado por vários estudos como o maior promotor dos efeitos da crise climática<sup>6</sup>.

Para compreendermos a questão da crise no acesso à água nos territórios, é necessário desvelar essa engrenagem do sistema financeiro global e como as empresas multinacionais disputam concessões ou assumem parcerias com o setor público na gestão dos recursos hídricos, passando a controlar as estatais sob uma perspectiva de mercado e numa lógica de lucro-resultados, com custo alto para a população usuária do serviço.

A questão social que a problemática da água nos traz, por ser fundamental na reprodução da vida e por toda uma luta mundial pela universalização do acesso a esse bem comum, é para romper um legado histórico de desigualdades socioterritoriais que revelam a permanência estrutural das assimetrias de classe, raça e gênero, que intensificam e expressam as dimensões estruturais do racismo ambiental.



<sup>6</sup> Para aprofundar a análise desse campo do financiamento da natureza, indico a leitura livro *O Capitalismo clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza*. FIAN Internacional. Expressão Popular, 2023.

Como nos aponta o estudo da organização Trata Brasil (2024), no país,

“cerca de **33 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e 90 milhões vivem sem coleta de esgoto adequada**, e ainda salienta que **72% da população abaixo da linha da pobreza vive em moradias sem abastecimento regular de água** (Trata Brasil, 2024). Esses números, além de alarmantes, evidenciam uma injustiça estrutural: o Brasil, país que

detém cerca de **12% da água doce superficial do planeta**, não garante que esse recurso chegue a todos. A desigualdade aparece de forma explícita na distribuição territorial: enquanto em áreas mais ricas do Sudeste os índices de cobertura se aproximam da universalização, no Norte e Nordeste milhões de pessoas permanecem excluídas, muitas vezes em municípios rurais, comunidades ribeirinhas ou periferias urbanas”<sup>7</sup>.

---

7 SOLDERA, Bruna. Água e desigualdade: desafios do acesso universal e estratégias para inclusão social. Disponível em: <https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/285-agua-e-desigualdade-desafios-do-acesso-universal-e-estrategias-para-inclusao-social>. Acesso em: 12 maio 2026.



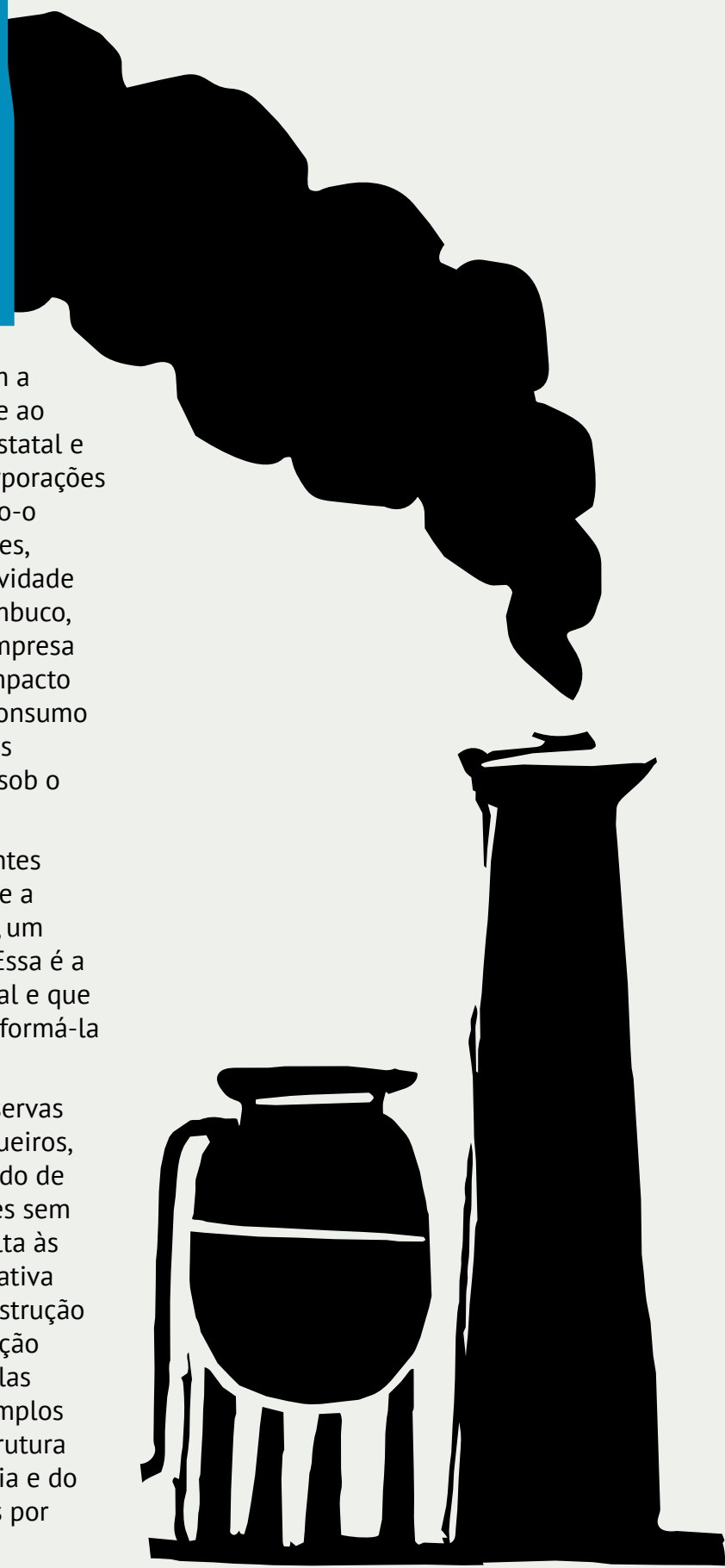
**Em PERNAMBUCO:**

- cerca de 16,44% da população, o que representa 1.590.536 habitantes, não têm acesso à água.
- 58,99%, ou seja, 5.707.160 habitantes, não têm acesso à coleta de esgoto.
- 4,08% da população do estado, cerca de 122.089 domicílios, estão sujeitos à inundação.

Essas questões se complexificam e retardam a luta pela universalização do acesso à água e ao saneamento, diante da tendência, na ação estatal e nos debates multilaterais, de as grandes corporações disputarem esse bem natural, transformando-o num ativo comercializado na bolsa de valores, expressão da lógica de exploração e lucratividade dessas empresas, como acontece em Pernambuco, onde a gestão hídrica é partilhada com a empresa canadense BRK. Só compreendemos esse impacto quando avaliamos o custo da água para o consumo doméstico e a sua qualidade, uma vez que as Parcerias Público-Privado (PPP) se impõem sob o discurso de “melhorar” a oferta do serviço.

A ideia que costura essa reflexão em diferentes pontos e elementos é a compreensão de que a água é um recurso natural, um bem comum, um bem público, portanto, um direito humano. Essa é a ideia-chave que orienta a luta social mundial e que se contrapõe à tendência em curso de transformá-la em mercadoria.

A exploração das terras onde existem as reservas de água doce, leitos de rios, territórios pesqueiros, dentre outros, mediante concessões do estado de Pernambuco a empresas, ocorre muitas vezes sem estudos de impacto ambiental e sem consulta às populações desses territórios, sob a prerrogativa de “promover o desenvolvimento local”. Construção de usinas eólicas, extensões agrícolas, extração de minérios e instalação de data centers pelas grandes corporações de tecnologia são exemplos que revelam a necessidade de uma infraestrutura local às custas da escassez de água e energia e do desapossamento dos territórios apropriados por esses megaempreendimentos.



Essas diferentes formas de sequestro do curso das águas – no urbano, no rural, em territórios de populações tradicionais e de povos originários – vêm produzindo inúmeros impactos e danos ambientais, como desvio do curso dos rios, assoreamento de lagos, escassez de água para o consumo doméstico, alteração no ciclo da produção de alimentos. E a face mais perversa: o adoecimento físico e mental dessas pessoas que têm na relação com a terra e o território um modus de vida como convivência coletiva.

A ponta desse novelo não pode ser vista só numa dimensão do problema, a falta e a qualidade da água, uma vez que nesse universo perpassam vários aspectos, muitos deles invisíveis, como quais atores estão agindo para consolidar a ideia da água como ativo na cadeia do valor. Isso reafirma a lógica liberal da privatização das estatais e concessionárias de água, a exemplo do processo em curso em Pernambuco com a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), empresa de economia mista, com finalidade pública.

Com filial no Brasil e foco em água e saneamento, a multinacional BRK (grupo canadense Brookfield) atua desde 2013 numa modalidade de PPP, com intervenção prevista para trinta e cinco anos e meta de recuperação do sistema de esgotamento sanitário, componente do saneamento ambiental<sup>8</sup>. Através do Programa Cidade Saneada, com ações voltadas para a Região Metropolitana do Recife e Goiana, na Mata Norte de Pernambuco, e investimento na ordem de 3 bilhões de reais, atingindo 1,4 milhão de pessoas. No entanto, essa experiência de doze anos que pretende universalizar a rede de saneamento foi avaliada de forma negativa pelo estudo do Trata Brasil.

“O problema da PPP da Compesa é que seus resultados não aparecem no quadro geral do saneamento no Brasil. O último (17º) Ranking do Saneamento feito pelo Instituto Trata Brasil (ITB), em parceria com GO Associados, com o foco nos 100 municípios mais populosos do Brasil colocou quatro dos 17 municípios abrigados na PPP entre os 20 piores entre as cidades com mais de 300 mil habitantes, inclusive o Recife junto com Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes”<sup>9</sup>.

**Dados sobre acesso à água, saneamento e planos municipais da RMR, gerados pela plataforma municípios e saneamento, do IAS**

Cidade	UF	População	Possui Plano Municipal	População sem água	Popul. sem esgoto	Popul. sem coleta de lixo	Domicílios sujeitos à inundações
Abreu e Lima	PE	98462	Não	11,29%	76,23%	Atendimento Pleno	0,5%
Cabo de St. Agostinho	PE	203440	Não	3,54%	86,59%	1,07%	0,8%
Goiana	PE	81055	Sim	30,75%	48,61%	0,68%	0,5%
Igarassu	PE	115196	Não	22,49%	95,5%	Atendimento Pleno	5,1%
Ipojuca	PE	98932	Em elaboração	31,11%	79,31%	5,03%	5,5%
Jaboatão dos Guararapes	PE	644037	Em elaboração	18,57%	75,31%	0,69%	2,7%
Moreno	PE	55292	Não	7,79%	62,36%	6,32%	3,8%
Recife	PE	1488920	Sim	1,29%	50,5%	Atendimento Pleno	12,9%
São Lourenço da Mata	PE	111249	Sim	10,36%	67,95%	28,09%	5,6%

<sup>8</sup> A Lei 18.208/2018 institui a Política Municipal de Saneamento de Recife e regula o Plano Municipal de Saneamento, que abrange a componente de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, e prevê ações para emergências e contingências.

<sup>9</sup> CASTILHO, Fernando. O desafio de Pernambuco com o novo edital para a concessão abastecimento de água e saneamento depois da PPP da Compesa na RMR. JCPE. Disponível em: <https://jc.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2025/09/17/o-desafio-de-pernambuco-com-o-novo-edital-para-a-concessao-abastecimento-de-agua-e-saneamento-depois-da-ppp-da-compesa-na-rmr.html>. Acesso em: 12 maio 2026.

É importante destacar que as reflexões trazidas neste texto têm o objetivo de subsidiar e fortalecer a luta política em defesa da universalização e do acesso à política de recursos hídricos e saneamento ambiental. Por isso, é fundamental desvelar o que está por trás da discussão de privatização da Compesa e do sucateamento do serviço. E, por fim, mostrar que a avaliação negativa desta PPP decorre de uma relação matemática: investimentos + atendimento + eficiência, numa lógica gerencial e empresarial de lucro, como é a tendência em curso de financeirização dos recursos naturais. Para alcançar a meta dessa parceria, cabe ao governo do estado de Pernambuco investir mais recursos para atingir os resultados estabelecidos nessa relação, mesmo que o investimento não se traduza na melhoria da oferta do serviço.

No documentário *Água, capital Recife* (2024), dirigido por Marcelo Pedroso, são apresentadas as questões aqui tratadas, especialmente como o modelo de expansão urbana da cidade se estrutura a partir de soluções que acentuam as desigualdades socioespaciais. Em Recife, o processo histórico vivenciado pela população pobre no acesso à água revela essa assimetria urbana e a forma como os serviços de distribuição hídrica na cidade contribuem para acentuar as desigualdades territoriais. O racionamento histórico penaliza mais as populações dos morros e das áreas pobres da cidade e menos os bairros de classe média e alta, localizados em regiões mais estruturadas para os serviços urbanos – uma dimensão do racismo ambiental da capital do frevo e Veneza brasileira.

Essa é uma análise já abordada por Lélia Gonzalez (1982)<sup>10</sup> em um dos seus textos clássicos, ao expor o racismo na sociedade de classes e as analogias entre a Casa

Grande e a Senzala, mostrando como o desenvolvimento urbano reproduz a lógica da desigualdade de classe, raça e gênero. A própria disposição da população negra no pós-abolição, ao ocupar morros, cortiços e favelas das cidades, apresenta-se como uma nítida expressão da ausência do Estado e de um processo histórico que se desdobra até os dias atuais na estrutura das periferias e nos corpos femininos e racializados que conformam a maioria da população que reside nesses espaços marcados pelas condições precárias de habitabilidade.

Não podemos esquecer que, ao focarmos a problemática da água como um ativo em disputa pelo setor privado, o objetivo é dar mais nitidez ao custo financeiro que a água passa a ter no orçamento e em nosso cotidiano, tanto para o consumo doméstico quanto para as grandes corporações. Há uma crescente expansão do uso da rede de abastecimento para fins agroindustriais em detrimento do volume de água direcionado ao consumo doméstico. Vale destacar que as empresas de bebidas, de produção de alimentos, laticínios e derivados utilizam em sua escala de produção um volume de metros cúbicos muito superior de água ao necessário para atender a subsistência da agricultura familiar e uso doméstico.

Para compreender essa disparidade, estudos apontam que o consumo doméstico de água é o menor, se comparado a outras atividades. De acordo com estudo elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o setor que mais consome água no mundo é o agronegócio, responsável por cerca de 70% do consumo global de água, especialmente na produção de alimentos e na criação de animais, com destaque para o gado. A indústria vem em seguida, sendo responsável por aproximadamente 22% da

10 GONZALEZ, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira*. In: LUZ, M. T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.p. 87-106.

água consumida no planeta. Por fim, o uso doméstico responde por cerca de 8% da água consumida. Contudo, é a indústria que tem alto impacto sobre o consumo de água e sobre a sustentabilidade dos recursos hídricos das cidades.

Somado a essa distribuição desigual entre os setores, há ainda outro fator que contribui para a escassez hídrica: o desperdício em razão da precariedade da rede de tubulação. Estima-se que, em média, 37,8% da água potável se perde no caminho até chegar às residências, por diversas razões: falta de manutenção da rede, vazamentos, desvios, fraudes, erros técnicos na medição, registros mal instalados, dentre outras. Estudo do Instituto Trata Brasil aponta também que o volume total de água desperdiçada diariamente em 2022 (cerca de 7 bilhões de metros cúbicos) equivale a quase 7.636 piscinas olímpicas (Trata Brasil, 2024 – base de dados 2022).

A água tratada perdida devido a vazamentos, ligações clandestinas, desvios e outros erros de medição poderia abastecer 54 milhões de brasileiros por um ano, enquanto mais de 32 milhões de brasileiros vivem sem o recurso, segundo estudo elaborado pelo Instituto Trata Brasil com base nos dados públicos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022).

Em síntese, esses dados colocam em xeque a universalização da rede de abastecimento por questões como a falta de investimento estatal, a crescente tendência de privatização do setor e o desperdício que apresenta características diferentes e desiguais regionalmente, o que se complexifica com o aumento da presença

das multinacionais na gestão hídrica dos estados.

O modelo de PPP como tendência liberal de privatização de estatais, perda de controle da gestão e transferência para o setor privado vem sendo objeto de questionamento pelos movimentos sociais, setores e categorias do campo da esquerda por meio de ações de incidência política junto ao legislativo e a órgãos do sistema de justiça. Pelo mundo, há iniciativas com ganhos significativos, como ocorrido na França com a reestatização do serviço da rede de água e saneamento ambiental, demonstrando que a iniciativa PPP só traz como dado concreto o aumento da tarifa frente a oferta de um serviço insuficiente.

Analisando os impactos ambientais nas condições de vida das mulheres, e particularmente na vivência de mulheres pobres e negras moradoras das periferias e áreas pobres das cidades, verifica-se que a falta de acesso à água tratada e ao saneamento ambiental afeta a vida de crianças, adolescentes e das mulheres com repercussões nas condições materiais de existência. As precárias condições de moradia, o esgoto correndo nas ruas e a infraestrutura deficiente são vetores para a proliferação de doenças como arboviroses, parasitoses, cólera e hepatites. De acordo com estudo do UNICEF (2024), estima que o Brasil tenha cerca de 12 milhões de crianças e adolescentes vivendo em condições precárias, marcadas pela ausência de rede de esgoto, falta de coleta regular de lixo e baixo acesso à água tratada.

As condições precárias de infraestrutura em diferentes regiões do país, principalmente em bairros, comunidades e territórios periféricos, seguem sendo um problema contemporâneo. Como herança colonial, a

precarização de determinados territórios empobrecidos reflete processos de gentrificação e da branquitude operando no desenvolvimento urbanístico, o que torna o direito a viver em uma cidade com estrutura igualitária e a ter uma moradia digna uma questão de privilégio econômico e racial. É nesses territórios carentes de serviços públicos e infraestrutura – “coincidentemente” lugares onde a maioria da população é feminina e negra – onde se registram as maiores incidências de doenças ocasionadas pela transmissão das chamadas arboviroses.

De acordo com estudo feito por pesquisadoras do SOS Corpo, intitulado Vivência de Direitos pelas mulheres no contexto da epidemia das arboviroses em Pernambuco (2016), depois do período de surto de doenças como o zika vírus, dengue e a chikungunya entre os anos de 2015 e 2016 – período em que o país vivia a ruptura institucional provocada pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff –, presenciamos o aumento da transmissão das arboviroses em razão do sucateamento dos serviços de combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor dessas doenças.

Somaram-se ao cenário do dismantelo, o déficit de saneamento ambiental, a escassez de água de qualidade, os racionamentos constantes, a distribuição desigual e o acúmulo de águas em reservatórios e em recipientes durante as chuvas, ambientes propícios à proliferação das arboviroses. Dez anos após o período do surto, o pós-governo Bolsonaro deixou um rastro de negacionismo que impactou diretamente tanto as políticas públicas de enfrentamento às doenças quanto a mobilização da própria sociedade em combater a proliferação dos vírus.

Em Recife, assim como em outras cidades da Região Metropolitana, há aumento de casos de dengue, zika e chikungunya, sobretudo em bairros de distritos sanitários mais populares. Em 2024, foram notificados 13.301 casos suspeitos de arboviroses, sendo 10.388 casos de dengue, 2.449 de chikungunya e 464 de zika. Desse total, foram confirmados 2.415 casos de dengue e 745 de chikungunya, segundo dados do Boletim Epidemiológico<sup>12</sup> da Secretaria de Saúde do Recife. Ainda de acordo com os dados oficiais, houve um aumento de 59,1% dos casos confirmados de arboviroses em relação a 2023. Em 2025<sup>13</sup>, foram confirmados 4.817 casos de dengue e 555 de chikungunya, o que representa um crescimento de 57,8% dos casos confirmados e de 82,6% dos casos prováveis de arboviroses, em relação ao mesmo período registrado o ano anterior.

A recorrência dos casos confirmados foi registrada em bairros como Iburá, Jordão, Cohab, Nova Descoberta, Brasília Teimosa e Vasco da Gama, territórios considerados periféricos, onde a maioria da população é composta por mulheres negras e pobres. Nesses bairros, são frequentes a escassez e a falta de acesso à água de qualidade, além da precariedade das políticas públicas disponibilizadas para a população. Ao cruzar esses dados com a análise apresentada nesta publicação, confirma-se que o acesso à água, enquanto um direito humano, está diretamente ligado às políticas públicas. A má gestão pública da água e sua mercantilização trazem consequências diretas à saúde pública e impactam profundamente no cotidiano e na vida das mulheres, sobretudo daquelas que residem em territórios de maior vulnerabilidade social.

12 RECIFE. Secretaria de Saúde. Boletim epidemiológico: arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* (ano 2024). Recife: Secretaria de Saúde do Recife, 2025. Disponível em: [https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/01/boletim-arboviroses-recife\\_2024\\_se-52\\_versao-completa\\_.pdf](https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/01/boletim-arboviroses-recife_2024_se-52_versao-completa_.pdf). Acesso em: 23 mar. 2026.

13 RECIFE. Secretaria de Saúde. Boletim epidemiológico: arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* (2024). Recife: Secretaria de Saúde do Recife, 2025. Disponível em: [https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/01/boletim-arboviroses-recife\\_2024\\_se-52\\_versao-completa\\_.pdf](https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/01/boletim-arboviroses-recife_2024_se-52_versao-completa_.pdf). Acesso em: 23 mar. 2026.



# Quais os desafios para a luta das mulheres para garantir o acesso ao direito à água a partir do feminismo?

Começamos essa nossa nota crítica afirmando que a *“água deveria ser um bem comum, ao qual todas as pessoas do planeta tivessem acesso, sem morrer de sede ou adoecer em decorrência da sua contaminação”*. E vimos que as mulheres terminam sendo as mais afetadas tanto pela escassez da água quanto por sua abundância (as cheias, as inundações causadas pelas chuvas).

Defender a água como bem comum, como um direito básico, é defender ao mesmo tempo a vida das mulheres pobres, negras, ribeirinhas e indígenas e das mulheres que vivem nas periferias das cidades. Esta é a nossa perspectiva feminista, antirracista e anticapitalista. Água é vida, portanto estamos defendendo a vida de todas as pessoas.

Ter acesso à água é fundamental para se construir um mundo mais justo para os homens e as mulheres, e a nossa luta é para que a água não seja tratada como hoje é, como uma mercadoria. Lutamos para que as

políticas públicas para viabilizar o acesso à água sejam planejadas e implementadas levando em consideração as desigualdades de gênero, raça e classe.

A mercantilização desse bem comum, hoje tratado pelo neoliberalismo como um ativo nas bolsas de valores, é uma lógica que coloca o acesso aos recursos hídricos como mercadoria, alterando o custo do acesso, impactando a renda média familiar. Esse é um indicador que precariza a vida das mulheres, sobretudo as que vivem nas regiões mais periféricas e vulnerabilizadas por ausência de investimentos públicos, revelando o racismo ambiental.

Diante do contexto de crise climática, esse cenário, amplifica os impactos no cotidiano e no tempo dedicado ao trabalho produtivo e reprodutivo, aumentando uma sobrecarga tensionada pela mão invisível do patriarcado hídrico, que opera os sistemas de abastecimento em uma lógica distante da realidade das mulheres. Além



de uma jornada de trabalho intermitente e extensiva<sup>14</sup>, as mulheres têm seu tempo de descanso tomado pela obrigatoriedade das tarefas de cuidados com a casa. Ou seja, somos nós que temos de acordar de madrugada para encher baldes, caixas d'água, entre outros recipientes, para suprir dias e semanas sem água encanada.

São das experiências concretas que as mulheres forjam no dia a dia formas de resistência, sejam individuais ou coletivas. As estratégias para enfrentar uma realidade de falta de acesso a um direito e bem comum são pensadas a partir das vivências, desde acumular água da chuva e desenvolver formas de reaproveitamento até a cotização para a compra de água via caminhões pipa. Contudo, é a ação feminista que transforma o problema em uma luta coletiva, ao politizar a questão e os atravessamentos a partir da realidade das mulheres, impulsionando ações de incidência para a mudança da realidade.

Por fim, as estratégias não são suficientes para sanar esse problema e enfrentar as desigualdades socioterritoriais atravessadas pelas dimensões de classe, raça e gênero, num contexto em que o pensamento conservador segue operando pelo adestramento sobre os corpos das mulheres, o que localiza esse problema como uma questão feminista. O grande desafio é romper essa lógica patriarcal racista, que se ancora no capitalismo para manter as estruturas que sustentam a oferta de serviços públicos urbanos.

Compreender de forma crítica a ordem que opera na distribuição e no acesso a esses serviços fortalece a auto-organização e dá visibilidade às desigualdades vividas pelas mulheres nos seus territórios, sobretudo no acesso a um direito e bem comum primordial para a reprodução da vida.

14 ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

**Elaboração:**

Analba Brazão  
Fran Ribeiro  
Mércia Alves

**Ilustrações:**

Luiza Morgado

**Diagramação:**

Oyá Design

**Revisão:**

Cris Lima

**Produção:**

Fran Ribeiro

---

Recife, maio 2026

**Realização:**



---

SOS CORPO

---

Instituto Feminista  
para a Democracia

**Apoio:**

**Brot**  
für die Welt